

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		6	341.772	413.449
Outros tributos compensáveis		7	969	803
Outros créditos		11	416	351
Total do Ativo Circulante			343.157	414.603
Não circulante				
Outros tributos compensáveis		7	3.928	1.253
Depósitos vinculados		16	33.780	31.095
Ativos da concessão		10	1.589.842	1.083.800
Outros créditos		11	438	793
			1.627.988	1.116.941
Imobilizado			104	33
			104	33
Total do Ativo Não circulante			1.628.092	1.116.974
TOTAL DO ATIVO			1.971.249	1.531.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2020	2019
Receitas		18	459.261	944.598
Custos				
Custo de construção da infraestrutura da concessão		19	(307.250)	(844.162)
			(307.250)	(844.162)
Lucro bruto			152.011	100.436
Despesas e Receitas operacionais		20		
Despesas gerais e administrativas			(4.249)	(2.992)
Outras despesas e receitas operacionais			80	902
			(4.169)	(2.090)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			147.842	98.346
Resultado financeiro		21		
Receitas financeiras			673	257
Despesas financeiras			(5.914)	(1.561)
			(5.241)	(1.304)
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro			142.601	97.042
Tributos sobre o lucro		22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(48.610)	(33.019)
			(48.610)	(33.019)
Lucro líquido do exercício			93.991	64.023
Resultado por ação atribuível aos acionistas		23		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) ON			2,84813	2,37113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2020	2019
Lucro líquido do exercício		93.991	64.023
Resultado abrangente do exercício		93.991	64.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2020	2019
Geração do valor adicionado		594.587	1.063.717
Receita operacional		31	
Receita com construção da infraestrutura		369.192	992.134
Remuneração dos Ativos da concessão		136.850	48.746
Outras Receitas		88.514	22.837
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(308.276)	(845.188)
Materiais		(50)	(30)
Serviços de terceiros		(883)	(934)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(307.250)	(844.162)
Outros custos operacionais		(93)	(62)
Valor adicionado bruto		286.311	218.529
Retenções			
Depreciações e amortizações		(137)	(32)
Valor adicionado líquido produzido		286.174	218.497
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		14.553	17.969
Valor adicionado total a distribuir		300.727	236.466
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		2.123	735
Benefícios		396	81
FGTS		96	56
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		96.163	130.264
Estaduais		6	99
Municipais		11	2
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		107.928	41.200
Aluguéis		13	6
Remuneração de capital próprio			
Dividendos			15.205
		206.736	187.648
Lucros retidos		93.991	48.818
		300.727	236.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
A EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia ou EDP Transmissão SP-MG), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, no Estado do São Paulo, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.
A alteração da sede da Companhia do município de Linhares - ES para o município de São Paulo - SP, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 29 de março de 2019.
A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e tem previsão de entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022, conforme contrato de concessão.
- Concessão**
Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 18 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 375 km, iniciada no município de Ibiraci no Estado de Minas Gerais e atravessando o Estado de São Paulo até o município de Cachoeira Paulista.
A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 36/2017 com as seguintes características:
Extensão da linha _____ **Modalidade** _____ **Outorga** _____ **Estado** _____ **Descrição da Linha** _____ **Início** _____ **Término** _____ **Prorrogação** _____
375 km Serviço Público Concessão SP/MG LT 500 kV 11/08/2017 11/08/2047 Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente
O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.
2.1 Receita Anual Permitida - RAP
O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$205.200 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.
A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica.
2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Licenças ambientais**
O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:
 - Licença Prévia - LP: até 28 de fevereiro de 2019 - Obtida antecipadamente em 16 de julho de 2019 - Nº 610/2019.
 - Licença de Instalação - LI: até 11 de fevereiro de 2020 - Obtida antecipadamente em 15 de outubro de 2019 - Nº 1317/2019.
 - Licença de Operação - LO: até 11 de agosto de 2022.

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores		12	27.951	138.135
Outros tributos a recolher		7	1.991	7.619
Dividendos		13		15.205
Debêntures		14		268.508
Empréstimos e financiamentos		15	403.682	67.521
Provisões		16	24.760	18.549
Outras contas a pagar		11	1.298	5.176
Total do Passivo Circulante			459.682	520.714
Não circulante				
PIS e COFINS diferidos		8	147.096	100.252
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		8	82.220	33.610
Debêntures		14	847.641	761.535
Empréstimos e financiamentos		15	206.542	
Provisões		16	35.842	32.750
Outras contas a pagar		11	441	127
Total do Passivo Não circulante			1.319.782	928.274
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		17.1	33.001	33.001
Reservas de lucros		17.3	158.784	49.588
Total do Patrimônio líquido			191.785	82.589
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.971.249	1.531.577

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro			142.601	97.042
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Remuneração dos Ativos da concessão			(124.191)	(48.746)
Margem na construção			(27.791)	(51.690)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			4.364	80
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			5.479	123
Outros			(600)	(295)
			(138)	(3.486)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Outros tributos compensáveis			(2.841)	(2.034)
Estoques			(64)	(16)
Depósitos vinculados			(1.938)	(30.746)
Outros ativos operacionais			354	321
			(4.489)	(32.475)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores			(135.012)	31.301
Outros tributos a recolher			(5.628)	7.467
Obrigações Sociais e Trabalhistas			525	147
Provisões			(3.647)	(2.513)
Outros passivos operacionais			(4.156)	4.626
			(147.918)	41.028
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais			(152.545)	5.067
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições aos Ativos da concessão			(186.449)	(644.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(186.449)	(644.455)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos			536.161	1.052.045
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures			(250.000)	
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos			(18.727)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos			(117)	(30)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		25.1	267.317	1.052.015
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			(71.677)	412.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			341.772	413.449
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			413.449	822
			(71.677)	412.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)		Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		15.001	587	-	15.588
Aumento de capital - AGO de 29/04/2019		18.000			18.000
Reversão de dividendos			183		183
Lucro líquido do exercício				64.023	64.023
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.201	(3.201)	-
Dividendos complementares				(15.205)	(15.205)
Lucro do exercício a deliberar			45.617	(45.617)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		33.001	49.588	-	82.589
Saldos em 31 de dezembro de 2019		33.001	49.588	-	82.589
Reversão de dividendos			60.822		60.822
Lucro líquido do exercício				93.991	93.991
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.361	(3.361)	-
Reserva de retenção de lucros			67.973	(67.973)	-
Reserva de Dividendos a Deliberar			22.657	(22.657)	-
Lucro do exercício a deliberar			(45.617)		(45.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		33.001	158.784	-	191.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos interventores.

No exercício de 2020, os gastos com ambientais totalizaram R\$9.136 (R\$2.363 em 2019).

- Base de preparação**
4.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
4.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
4.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.
4.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 8); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 16.1.); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 16.2.); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).
4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 4.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilidade de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 - Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados a a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4.7.3 Ofício-circular SEP nº 01/2020

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houve informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para boa parte das empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da Companhia entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da Companhia também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão àquela efetivamente advinda da adoção inicial dos CPCs 47 e 48 da Companhia, e consequentemente alteração de prática contábil da mesma.

4.7.4 Ofício-circular SEP nº 04/2020

Em 01 de dezembro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados dos CPCs 47 e 48 na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os temas do Ofício, em relação aos ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de elucidar, foram segregados pelo órgão regulador em: (i) Adoção dos CPCs 47 e 48; (ii) Taxa de remuneração dos contratos; (iii) Tratamento da Parcela Variável - Contraprestação Variável; (iv) Ativo RBSE; (v) Geografia da Receita Financeira na DRE; (vi) Evidenciação em Nota Explicativa; e (vii) Da Adoção Inicial dos termos deste Ofício - Disposições Transitórias.

A Administração da Companhia efetuou análise robusta sobre todos os itens e concluiu que:

(i) Adoção dos CPCs 47 e 48 - Segregação entre Ativo de Contrato e Ativo Financeiro: Está mantido o fato gerador contábil para baixa do ativo de contrato e reconhecimento do ativo financeiro com a emissão do AVC - Aviso de Crédito às concessionárias de transmissão (direito incondicional à caixa), emitidos mensalmente pela ONS;

(ii) Taxa de remuneração dos contratos: A remuneração contratual é efetuada pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. As estimativas devem estar alinhadas com o padrão de mercado e as margens de construção e O&M devem ser estimadas prevendo todos os eventos e eficiências. No entanto, alterações no projeto de construção que afetem diretamente a lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado (custo), tempestivamente;

(iii) Tratamento da Parcela Variável - Contraprestação Variável: Quando da mensuração inicial do contrato, deve ser efetuada a melhor estimativa para ocorrência da PV, para fins de determinação da taxa de remuneração dos contratos e é recomendado que, posteriormente, essa estimativa se realize em ato e receita em rubricas separadas e específicas, tanto no balanço, quanto no resultado; Adicionalmente, quando houver séries históricas de ocorrência das parcelas variáveis ou quando a Administração julgar que detém outras informações capazes de produzir estimativas confiáveis, essas parcelas variáveis deverão ser consideradas na determinação das margens de construção e O&M. Eventuais diferenças entre as estimativas e as parcelas variáveis cobradas deverão ser reconhecidas no resultado no momento de sua ocorrência. Por fim, se as estimativas não puderem ser realizadas em virtude dos motivos mencionados no parágrafo anterior, as parcelas variáveis deverão ser reconhecidas tempestivamente no resultado quando da sua real ocorrência;

(iv) Ativo RBSE (Rede Básica do Sistema Existente): item não aplicável para a Companhia;

(v) Geografia da Receita Financeira na DRE: Facultativo à Companhia, classificar a remuneração contratual no resultado operacional ou financeiro, com base na política contábil e entendimento da Administração quanto ao *corebusiness* da Companhia; ainda que tudo fique no operacional, a Companhia deve segregar toda a receita como (a) de construção, (b) operação e manutenção; e (c) financiamento da infraestrutura de operação. A Companhia entende que a remuneração do Ativo da Concessão é parte intrínseca a atividade operacional e, portanto, classifica tais receitas no Resultado Operacional;

(vi) Evidenciação em Nota Explicativa: Divulgar margens da obrigação de performance de construção e de melhoria, da obrigação de performance de operação e manutenção, bem como os critérios e metodologia utilizados para as estimativas realizadas; divulgar a TIR de cada projeto ou por família de projetos; e outras informações podem ser ainda prestadas em nota explicativa anexa às demonstrações contábeis; e

(vii) Da Adoção Inicial dos termos deste Ofício - Disposições Transitórias: Aplicar os requisitos do referido Ofício nas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 pelo método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido como ajuste de exercícios anteriores no saldo de abertura de lucros acumulados.

Considerando o detalhamento acima, a Administração da Companhia reavaliou a modelagem de alocação das receitas oriundas de seu contrato de concessão revisando todas as premissas e concluiu que os impactos da aplicação do Ofício são imateriais para demais divulgações retrospectivas.

5 Eventos significativos no exercício**5.1 Liberações e captações de recursos**

Durante o exercício de 2020 a Companhia obteve os seguintes recursos:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Cédula de Câmbio - MFUG	jun/20	jun/21	100.000	CDI + 1,85%	Investimento no Projeto do Lote 18
4131 - SWAP	dez/20	dez/21	300.000	CDI + 0,45%	Investimento no Projeto do Lote 18
Contratos de Mútuo	jun/20	nov/20	134.900	100,3% CDI	Capital de giro
			534.900		

5.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavirus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavirus (COVID-19), doença causada pelo coronavirus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

5.2.1 Medidas de Assistência Governamental**5.2.1.1 Portarias nº 139 e nº 245**

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os prazos de vencimento dessas contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

5.2.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil

A Administração da Companhia e sua controladora vêm aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) eletricitistas que trabalham em campo foram descentralizados em diversas bases operacionais ao longo da área de concessão da EDP em São Paulo e no Espírito Santo e realizam escalas diferenciadas de horários, além de reuniões e orientações por canais remotos; (iii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iv) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; e (v) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (vi) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de newsletters, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

As agências de atendimento presencial da Companhia ficarão fechadas por tempo indeterminado. Essa medida busca evitar a aglomeração de pessoas e prevenir a disseminação da COVID-19. Neste período, todos os serviços e solicitações poderão ser realizados de forma rápida e segura pela internet, aplicativo EDP Online ou pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

5.2.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

5.2.4 Impacto nas Demonstrações Financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia nos próximos períodos, cujos principais estão destacados abaixo:

5.2.4.1 Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

No exercício a divulgação do MTM (*Mark-to-Market*) dos ativos e passivos financeiros, que deve refletir as condições e taxas atuais de mercado foi revisado, sem impactos relevantes, e está demonstrado na nota 24.1.1.

5.2.4.2 Cronograma de Obras

A Companhia está em fase de construção e teve suas obras paralisadas em função da COVID-19, visando a proteção dos funcionários próprios e de terceiros. O retorno das obras já ocorreu, não existindo riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. Adicionalmente, como consequência das medidas de contingência, a Administração da Companhia desenvolveu esforços adicionais no sentido de proteger o seu caixa, resultando na racionalização de investimento.

A Companhia reconheceu no exercício de 2020 o montante de R\$4.906 de redução na Receita de Construção, cuja formação da referida receita resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47 (Nota 18). Até o momento, a Administração da Companhia estima que a postergação não implicará em prazo superior ao cronograma previsto com o órgão regulador para o lote.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	226	2.052
Aplicações financeiras	341.546	411.397
• Certificados de Depósitos Bancários - CDB	341.546	411.397
Total	341.772	413.449

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 99,50% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Adiantamentos/ Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis				
Outros tributos compensáveis	2.044	2.841		4.885
IRRF sobre aplicações financeiras	12			12
Total	2.056	2.841		4.897
Passivos a recolher				
Outros tributos a recolher	803			969
Circulante	1.253			3.928
• Não Circulante				
ICMS	6.636	11.472	(16.311)	1.797
PIS e COFINS	85	316	(391)	10
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	805	4.831	(5.591)	45
Encargos com pessoal	93	1.203	(1.157)	139
Total Circulante	7.619	17.822	(23.450)	1.991

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 3 de janeiro de 2018, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

8 Tributos diferidos

		Passivo	
		31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS	8,1	147.096	100.252
Imposto de renda e contribuição social	8,2	82.220	33.610
Total		229.316	133.862

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	2.165	124			2.041	124
Gastos Pré-operacionais	4.737	1.581			3.156	1.116
Atualização dos ativos da concessão			136.635	69.046	(67.589)	(66.884)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	49.757	33.750			16.007	32.644
Outras	133	28	2.377	47	(2.225)	(19)
Total diferenças temporárias	56.792	35.483	139.012	69.093	(48.610)	(33.019)
Total bruto	56.792	35.483	139.012	69.093	(48.610)	(33.019)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(56.792)	(35.483)	(56.792)	(35.483)		
Total	-	-	82.220	33.610		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2021	2022	2023	2024	2025	Total Não circulante
	11.649	11.649	11.649	10.923	10.922	56.792

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 13) e contratos de mútuo (Nota 15) a pagar para sua Controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Duração	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado Receitas (Despesas) Operacionais		
			31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019		
Outras contas a pagar (Nota 11)									
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2017 a 31/12/2021			4	(150)	(30)		
Opções de ações outorgadas da companhia (Nota 9.3.1)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	06/06/2019 a 05/06/2025			41	24	(17)	(19)	
Compartilhamento de BackOffice (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2021			10	59	31	(589)	(447)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2021			16	337	67	(2.100)	(179)
Contrato de reembolso de prêmio de seguro									
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/03/2019						3	
Contrato de									

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração depende do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 18 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 24.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições (Notas 18 e 19)	Remuneração (Nota 18)	Juros Capitalizados (Nota 18)	Margem na construção (Nota 18)	PIS/COFINS (Nota 18)	Valor líquido em 31/12/2020
Ativos da concessão	1.083.800	218.748	136.850	88.502	27.791	34.151	1.589.842
Total Não circulante	1.083.800	218.748	136.850	88.502	27.791	34.151	1.589.842

O saldo de R\$1.589.842 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.083.800 em 31 de dezembro de 2019) representa a conclusão de 78,3% do investimento previsto para o projeto (62,8% em 31 de dezembro de 2019), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Outros créditos - Ativo	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Adiantamentos		3	1	
Estoques		80	16	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			26
Despesas pagas antecipadamente		333	334	438
Total		416	351	438
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		91	49	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			441
Arrendamentos e aluguéis	11.2	115	43	122
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.3	1.085	560	5
Outros	11.1	7	4.524	
Total		1.298	5.176	441

11.1 Outros

A redução refere-se substancialmente a cheques emitidos no ano anterior pela Companhia por conta da desapropriação e que foram descontados durante o exercício de 2020.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2020		31/12/2019		Total
											Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	13/12/2018	1ª emissão em 15/06/2020	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-	18.819	250.000	-	268.819
(-) Custos de emissão				(984)		29/01/2019 a 15/06/2020			Amortização mensal		-		(311)		(311)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	800.000	1	800.000	15/07/2019	2ª emissão em 15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	57.396	840.404	897.800	13.896	802.185
(-) Custos de emissão				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal			(50.159)	(50.159)		(54.546)
Total											57.396	790.245	847.641	18.819	13.896

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$897.800 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.084.900 em 31 de dezembro de 2019).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados	Transf-rências	Amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Principal	250.000	(250.000)				-	
Juros	18.819	(18.727)	4.621	(4.713)		-	
Custo de transação	(311)			(4.387)	4.698	-	
Total	268.508	(268.727)	4.621	(9.100)	4.698	-	
Não circulante							
Principal	802.185					38.219	840.404
Juros	13.896		38.787	4.713			57.396
Custo de transação	(54.546)		4.387				(50.159)
Total	761.535	-	38.787	9.100	-	38.219	847.641

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2020		31/12/2019		Total	
										Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Encargos Não circulante	Principal Não circulante		
EDP - Energias do Brasil S.A.	200.000	22/11/2018	200.000	22/11/2018 a 21/11/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			6.520	200.022	206.542	2.400	65.122 67.522
MFUG - Cédula de Câmbio	100.000	08/06/2020	100.000	08/06/2020 a 08/06/2021	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL		CDI + 1,85% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		2.205	100.000	102.205		-
Total											2.205	6.520	100.000	200.022	308.747
Moeda estrangeira															
4131 Scotiabank	59.093 USD	23/12/2020	59.093 USD	23/12/2020 a 10/12/2021	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL		USD + 0,95% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.		142	305.962	306.104		-
Total											142	-	305.962	-	306.104
Derivativos															
Scotiabank	59.093 USD	23/12/2020		23/12/2020 a 10/12/2021	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,95% a.a. para CDI + 0,45% a.a.	Em parcela única no final do contrato.			74	(4.701)	(4.627)		-
Total											74	-	(4.701)	-	(4.627)

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	65.122	400.000		(65.122)	(930)	6.892	405.962
Juros	2.400		5.804	(5.857)			2.347
Swap	-		74		2.191	(6.892)	(4.627)
Total	67.522	400.000	5.878	(70.979)	1.261	-	403.682
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	-	134.900		65.122			200.022
Juros	-		663	5.857			6.520
Total	-	134.900	663	70.979	-	-	206.542

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Tipo de moeda			
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total
Circulante				
2021	102.205	306.104	(4.627)	403.682
Total	102.205	306.104	(4.627)	403.682
Não circulante				
2022	206.542	-	-	206.542
Total	206.542	-	-	206.542

16 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Provisões Passivo				Depósitos vinculados Ativo	
		Circulante		Não circulante		Depósito judicial	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	16.1	24.760	18.549	35.521	29.516	33.780	31.095
Licenças ambientais	16.2	24.760	18.549	35.842	32.750	33.780	31.095
Total		49.520	37.098	71.363	62.266	67.560	62.190

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desdobro que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda judicial

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo				Ativo Depósito judicial	
		Saldo em 31/12/2019	Constituição	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Cíveis	16.1.1.1	29.509	1.416	(429)	(538)	5.554	35.512
Outros		7	29	(20)	(7)		9
Total Não circulante		29.516	1.445	(449)	(545)	5.554	30.748

16.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cível, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo Depósito judicial			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	79	66	67	781
Total	79	66	67	781

16.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.965 (R\$1.884 em 31 de dezembro de 2019).

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com

11.2 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização			Baixas	Saldo em 31/12/2020
				Monetária	Transferências	AVP		
Circulante								
Edifícios	12	97	(58)	54		5	(10)	115
Veículos	31	116	(59)	(77)		(1)	(10)	
Total	43	213	(117)	(23)	5	4	(10)	115
Não circulante								
Edifícios	5	-	-	-		(5)	-	-
Total	48	213	(117)	(23)	-	4	(10)	115

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica de Imobilizado como "Ativos de direito de uso". A totalidade do saldo do Imobilizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$104 (R\$33 em 31 de dezembro de 2019).

11.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$27.951 (R\$138.135 em 31 de dezembro de 2019) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia. A redução no saldo do exercício é decorrente do avanço da obra, que está próxima da conclusão.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 é de 7,88% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 é de 120%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

Conforme mencionado na nota 4.7.4, o Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,75% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seu efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Revisão Tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2020	2019
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	10	369.192	992.134
Remuneração dos Ativos da concessão	10	136.850	48.746
Outras receitas operacionais		31	
Receita operacional bruta		506.073	1.040.880
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS diferidos		(46.812)	(96.282)
		(46.812)	(96.282)
		459.261	944.598

Receita

18.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2020, de 15,6% do investimento previsto no projeto (60,2% em 2019), acréscido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 78,3% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

19 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2020	2019
Terrenos		3.615	86.426
Edificações, obras civis e benfeitorias		168.554	105.342
Máquinas e equipamentos		20.112	471.631
Móveis e utensílios		74	199
Adiantamento a fornecedores			124.898
Gastos ambientais		6.494	24.149
Juros capitalizados		88.502	23.912
Outros		19.899	7.605
	10	307.250	844.162

20 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais			2020		2019	
		2020		2019				
		Administrativas	Outras	Administrativas	Outras			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.1	2.989		1.024				
Material		50		30				
Serviços de terceiros	20.2	883		934				
Depreciação - Ativos de direito de uso		137		32				
Provisões cíveis			(75)			(904)		
Outras		190	(5)	972	2			
Total		4.249	(80)	2.992	(902)			

20.1 Pessoal

	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	1.337	369
Encargos	477	198
Previdência privada - Corrente	45	3
Despesas rescisórias	108	14
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	365	192
Outros benefícios - Corrente	341	74
	2.673	850

Administradores		
Honorários e encargos	289	151
Benefícios dos administradores	27	23
	316	174
	2.989	1.024

20.2 Serviços de terceiros

	2020	2019
Serviços de consultoria	97	298
Serviços de limpeza e vigilância	18	23
Serviços de informática	95	14
Serviços de publicação e publicidade	206	142
Serviços de telecomunicações	12	
Serviços de transporte	15	23
Serviços Compartilhados	418	420
Outros	22	14
	883	934

21 Resultado Financeiro

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	6	5.900	17.620
Depósitos judiciais e provisões cíveis		747	349
Arrendamentos e aluguéis	11.2	19	
Operações de swap e hedge	15.2	5.557	
(-) Juros capitalizados		(11.162)	(16.801)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(368)	(911)
		673	257
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(6.467)	(2.395)
Debêntures	14.2	(86.325)	(37.298)
Variações em moeda estrangeira	15.2	(6.892)	
(-) Juros capitalizados		99.684	38.937
Juros e variações monetárias			(2)
Juros e multa sobre tributos			(11)
Provisões cíveis	16.1.1	(5.554)	(1.027)
Arrendamentos e aluguéis			676
(-) Juros capitalizados		(360)	(441)
Outras despesas financeiras		(5.914)	(1.561)
		(5.241)	(1.304)

22 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	142.601	97.042
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(48.484)	(32.994)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	(126)	(25)
Despesa do IRPJ e CSLL	(48.610)	(33.019)
Alíquota efetiva	34,09%	34,03%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	93.991	64.023
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	33.001	27.001
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	2,84813	2,37113

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Aplicações financeiras		Nível 2	341.546	411.397	341.546	411.397
			341.546	411.397	341.546	411.397
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	6					
Bancos conta movimento		Nível 2	226	2.052	226	2.052
Outros créditos - Partes relacionadas	9	Nível 2		26		26
			226	2.078	226	2.078
Total			341.772	413.475	341.772	413.475
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	12	Nível 2	27.951	138.135	27.951	138.135
Debêntures	14	Nível 2	893.883	1.050.010	847.641	1.030.043
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	102.289		102.205	
Moeda estrangeira		Nível 2	306.892		301.477	
Contratos de mútuo		Nível 2	206.542	67.522	206.542	67.522
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	441	122	441	122
Arrendamentos e aluguéis	11.2	Nível 2	158	48	115	48
Licenças ambientais	16.2	Nível 2	25.197	21.844	25.081	21.783
			1.563.353	1.277.681	1.511.453	1.257.653

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures, Empréstimos e financiamentos e Derivativos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

24.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI 1,8% e 6,0% a.a., Dólar R\$4,80, sem variação e IPCA entre 3,45% e 22,17% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 14 e 15. Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2020					31/12/2019	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	27.336		615			27.951	138.135
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				441		441	122
Debêntures				374.047	473.594	847.641	1.030.043
Empréstimos e financiamentos			408.309	206.542		614.851	67.522
Derivativos			(4.627)			(4.627)	-
Arrendamentos e aluguéis	18	36	61			115	48
Licenças ambientais	906	4.456	19.398	321		25.081	21.783
	28.260	4.492	423.756	581.351	473.594	1.511.453	1.257.653

24.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$116.525 (R\$106.111 negativo em 31 de dezembro de 2019). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, aportes de capital do acionista e novas captações de dívida, para que os investimentos na construção da infraestrutura da concessão evoluam conforme o previsto. O capital circulante líquido negativo decorre principalmente do estágio do projeto, que se encontra em fase de construção e por isso contém passivos de empréstimos e financiamentos de curto prazo.

24.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

Ativos da concessão

A Companhia mantém Contratos de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de seus serviços vinculados aos usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária, que assegura os recebimentos e mitiga o risco de inadimplência.

Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	31/12/2020	31/12/2019
Classificação da instituição financeira		
AAA	341.546	362.877
AA	48.520	48.520
	341.546	411.397

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSESP) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

24.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinuar a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

24.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 27).

24.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Vice-Presidente
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro
	João Manuel Brito Martins Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Vitor Hugo Alexandrino da Silva Diretor Financeiro
Stella Maris Moreira Fuaão Diretora Administrativa	Weberson Eduardo Guilo de Abreu Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EDP Transmissão SP-MG S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão SP-MG S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão SP-MG S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração dos ativos de contrato e de receita de contrato com clientes (Consulte a nota explicativa 10 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020, ativos de contrato enquadrados no âmbito do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos das respectivas margens de construção, O&M e da remuneração financeira no montante total de R\$ 1.589.842 mil, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração desses montantes. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfetidas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços e insumos necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como materiais, mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas esperadas para essas obrigações de desempenho.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, inspeção do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato. Ainda, realizamos inspeção documental dos custos incorridos durante o exercício e analisamos a alocação dos gastos da concessão classificadas como ativo de contrato. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para o reconhecimento e mensuração do ativo de contrato e da receita de contratos com clientes incluindo as principais premissas utilizadas tais como taxa de financiamento, margem de construção e margem de O&M. Também realizamos o entendimento com o envolvimento dos nossos especialistas sobre a razoabilidade da margem de construção adotada pela Companhia. Avaliamos também as divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos de ativos de contrato e da receita de contratos com clientes, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no

	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e debêntures	1.457.865	1.097.565
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(341.772)	(413.449)
Dívida líquida	1.116.093	684.116
Total do Patrimônio Líquido	191.785	82.589
Total do capital	1.307.878	766.705
Índice de alavancagem financeira - %	85,34%	89,23%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**25.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Saldo em Nota	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	15.205	-	-	-	(15.205)	-
Debêntures	1.030.043	(268.727)	38.219	-	48.106	847.641
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	67.522	536.161	-	6.541	610.224
Arrendamentos e aluguéis	11.2	48	(117)	(23)	4	203
Movimento relativo às atividades de financiamento	1.112.818	267.317	38.196	4	39.645	1.457.980

	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	183	-	-	-	15.022	15.205
Debêntures	-	992.745	4.636	-	32.662	1.030.043
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.827	59.300	-	-	2.395	67.522
Arrendamentos e aluguéis	-	(30)	7	-	4	67
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	18.000	-	-	-	(18.000)	-
Capital social	15.001	-	-	-	18.000	33.001
Movimento relativo às atividades de financiamento	39.011	1.052.015	4.643	4	50.146	1.145.819

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2020	2019
Constituição (Reversão) de dividendos e JSCP a pagar	(15.205)	15.205
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos ativos da concessão	88.502	22.812
Capitalização nos Ativos da concessão relativa à contingências	975	29.543
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	6.496	24.146
Aumento de capital com integralização de AFAC	-	18.000
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	203	67
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	24.828	106.405
Total	105.799	216.178

26 Compromissos contratuais e Garantias**26.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2020				Total geral	31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026		
Obrigações de compra	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão e transporte de energia	27	-	-	-	27	-
Materiais e serviços	357.593	3.684	1.480	9.381	372.138	631.547
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	121.183	120.392	96.000	341.585	679.160	734.601
	478.803	124.076	97.480	350.966	1.051.325	1.366.148

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2020				Total geral	31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026		
Obrigações de compra	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão e transporte de energia	26	-	-	-	26	-
Materiais e serviços	345.500	3.974	1.851	16.893	368.218	630.909
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	134.604	125.368	117.487	476.797	854.256	479.389
	480.130	129.342	119.338	493.690	1.222.500	1.110.298

26.2 Garantias**26.2.1 Seguro garantia**

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2020 de R\$103.054 (em 31 de dezembro de 2019 R\$98.795), tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/2016 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2023.

Os valores em garantia referente as Debêntures (Nota 14), estão demonstrados em sua respectiva nota.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000
Seguro de vida	5.516	(*)	3.907	(*)
Risco de engenharia	1.052.425	1.052.425	1.052.425	1.052.425

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o